



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 142

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 142

132ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 07

Projetos de Lei 09

Pequeno Expediente:

Dep. Reni Pereira 16

Dep. Fábio Camargo 18

Dep. Péricles de Mello 20

Dep. Felipe Lucas 22

Dep. Cida Borghetti 23

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira 17

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Fábio Camargo 19

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 21

Liderança do PMDB

Dep. Artagão Júnior 24

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 25

Discussão/Votação

Redação Final 26

3ª Discussão 27

2ª Discussão 27

1ª Discussão 28

Requerimentos 29

Encerramento da Sessão 30

Publicações:

Atas de Comissão

Constituição e Justiça 30

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação 30

DIÁRIO Nº 142

132ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 132ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

26 DE NOVEMBRO DE 2008

quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti, secretariada pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (38).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Edgar Bueno, Geraldo Cartário, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Ney Leprevost, Plauto Miró, Ribas Carli Filho e Valdir Rossoni (12).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Dr. Batista, Luiz Eduardo Cheida e Stephanes Júnior (03).

Em licença médica o Sr. Deputado Luiz Accorsi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

OFÍCIO Nº 069/08

Curitiba, em 26/11/08.

Senhor Presidente:

Através do presente, comunico à V. Exa. que em virtude de compromissos políticos previamente assumidos com lideranças do município de Guarapuava, na última quarta-feira (19 de novembro), precisei ausentar-me da Sessão Plenária realizada nesta Casa de Leis nesta mesma data.

Sem mais para o momento, agradeço pela atenção e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,
(a) ARTAGÃO JÚNIOR

Indicação

INDICAÇÃO Nº 481/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Palmital, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Palmital.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a quali-

dade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no município de Palmital e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 482/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Boa Ventura do São Roque, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Boa Ventura do São Roque.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no município de Boa Ventura do São Roque e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 483/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Coronel Vivida, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Coronel Vivida.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no município de

Coronel Vivida e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 484/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Itaperuçu, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Itaperuçu.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no município de Itaperuçu e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 485/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Coronel Domingos Soares, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Coronel Domingos Soares.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no município de Coronel Domingos Soares e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus

escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 486/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Adrianópolis, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Adrianópolis.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no município de Adrianópolis e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 487/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Cerro Azul, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Cerro Azul.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no município de Cerro Azul e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 488/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Mariópolis, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Mariópolis.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no município de Mariópolis e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 489/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Manguaçu, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Manguaçu.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no município de Manguaçu e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 490/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao

município de Mato Rico, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Mato Rico.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no município de Mato Rico e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 491/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Laranjal, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Laranjal.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no município de Laranjal e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 492/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Braganey, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Braganey.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no município de Braganey e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 493/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Salgado Filho, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Salgado Filho.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no município de Salgado Filho e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 494/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Salto do Lontra, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Salto do Lontra.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no município de Salto do Lontra e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 495/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Manfrinópolis, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Manfrinópolis.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no município de Manfrinópolis e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 496/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Bom Sucesso do Sul, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Bom Sucesso do Sul.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no município de Bom Sucesso do Sul e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3581

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos votados na presente plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Comissões, em 26/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 3576

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita que seja justificado o não comparecimento às Sessões dos dias 17 e 18/11/08, informamos que o Deputado esteve visitando programas realizados pelo Governo de São Paulo.

Sala das Comissões, em 26/11/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO Nº 3600

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve vem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUERER, após ouvido o duto Plenário, a aprovação de votos de pesar pelo falecimento do Sr. Vanderlei Martinello.

Breve histórico do homenagemado:

Vanderlei Martinello nasceu na cidade de São Miguel do Iguaçu em 22/12/53, quando ainda esta localidade chamava-se Gaucha, um distrito de Foz do Iguaçu.

Filho de Marcolina Zanette Martinello e Vandelino Martinello, o primeiro comerciante desta cidade. Por isso mesmo, Vanderlei se criou no comércio. Estudou no Colégio Nossa Senhora de Fátima, onde concluiu o antigo ginásio, sendo colega de algumas pessoas aqui presentes. Depois estudou em Brasília, mas concluiu o segundo grau em Foz do Iguaçu. Em 17/12/77 casou-se com Sonia Lara Gava Martinello, com qual teve dois filhos: Maria Cristina e Vanderlei Junior.

Vanderlei, mesmo com o seu jeito calmo e tranquilo, teve uma participação muito importante em todos os setores do município. Teve atuação marcante na política, tendo sido, inclusive, Secretário Municipal da Saúde; participou em clubes sociais, esportivos e recreativos, bem como na Diretoria da Igreja Matriz onde deixou um trabalho muito reconhecido.

Vanderlei tinha um amor muito grande por São Miguel do Iguaçu. Por isso mesmo nunca quis deixar a cidade.

Mas Vanderlei Martinello, foi principalmente até os últimos momentos de sua vida, um homem de família. Foi sempre um marido e um pai muito exemplar. Nos últimos tempos, fazia parte da administração da Escola Ativa, juntamente com sua esposa e filha Cristina.

Apesar de seu jeito tranquilo, sempre teve uma opinião muito forte e uma vontade determinante e de muita coragem para enfrentar as dificuldades da vida, mas mantendo a serenidade e o seu jeito prático de resolver os problemas.

Vanderlei nos deixa um exemplo de que a vida e seus problemas podem ser vencidos com seriedade.

Por ser assim, é que se requer a aprovação do presente, como forma de homenagem, pela brilhante história de vida construída pelo Sr. Vanderlei Martinello.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 3577

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de votos de congratulações e aplausos a Editora Luz e Vida pelo lançamento do DVD "Histórias de Formiga 2", o primeiro com legendas em Libras (Língua Brasileira de Sinais).

Requer, ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

A Editora Luz e Vida foi fundada há 54 anos em Curitiba, sem fins lucrativos. Seus livros e produtos estão em 5 mil pontos de venda do Brasil e em mais de 20 países. O carro chefe é a Formiga Smilinguido e sua turma.

O DVD foi todo produzido no estado, com artistas e técnicos paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 3579

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulações ao município de Loanda pela celebração dos 53 anos de sua emancipação. Até 1950 o espaço geográfico, onde se situa esse município constituía-se de sertão inexplorado. Registros históricos citam a chegada, em 1950, dos primeiros habitantes. Na época, as empresas colonizadoras determinavam uma etapa de pioneirismo na fundação de povoados, posteriormente transformados em municípios. A Empresa Colonizadora Norte do Paraná adquiriu dos Srs. Santiago Martin Corral e David Bancow 200 alqueires que foram subdivididos em

lotes urbanos e rurais. O traçado da cidade e a construção das primeiras casas só foram possíveis depois que a densa mata foi cortada e queimada. No mesmo ano surgiram as primeiras serrarias e a primeira indústria cerâmica. Em 15/08/53, pela Lei Estadual nº 047, o núcleo urbano foi elevado à categoria de Distrito Administrativo. Em 26/11/54, Loanda desmembrou-se de Paranavaí, pela Lei Estadual nº 253. A instalação oficial deu-se a 27/11/55 e em 08/05/56 o município é elevado à categoria de Comarca. Atualmente, Loanda destaca-se na região Noroeste do Paraná por ser centro de referência agropecuário, com ênfase nas culturas da mandioca e laranja, e industrial, com crescente desenvolvimento das indústrias de metalurgia, produtos alimentares e mobiliário.

E, pois, com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia o município de Loanda, destacando sua história vitoriosa e o fato de ter-se tornado centro de referência nas áreas acima referidas, motivo de orgulho não só para seus habitantes, mas todos os paranaenses e brasileiros.

Requer-se à mesa diretora o envio de cópia do presente documento ao Prefeito de Loanda, Sr. Álvaro de Freitas Netto.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 3582

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de congratulações ao município de Engenheiro Beltrão, pela passagem de 54º aniversário de emancipação política.

Requer ainda, seja dada ciência ao Prefeito Municipal e a Câmara dos Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3601

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Sra. Sueli Gulin Calabrese pela eleição para presidir o Curitiba Convention & Visitors Bureau.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Sueli Gulin Calabrese pela eleição para presidir o Curitiba Convention & Visitors Bureau, onde emprestará seus conhecimentos como empresária de diversos segmentos, entre eles o de turismo, qualificando-a ainda mais para incrementar o trabalho na captação e na geração de eventos, na divulgação de Curitiba em férias e congressos e na formação de roteiros para datas especiais, desenvolvendo o turismo integrado da capital paranaense em conjunto com órgãos públicos de turismo municipal e estadual.

REQUERIMENTO Nº 3602

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Sra. Almeri Siqueira de Siqueira.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Almeri Siqueira de Siqueira, vice-Presidente do Instituto Casa Idoso Deficiente Visual - AMPARO, que está lançando o livro "Quando o Sol Nasce na Primavera", escritora que se revela nesta obra, dando mais uma contribuição a sociedade, sendo uma pessoa que procura atender os anseios daqueles que representa, promovendo e integrando social, educacional e profissionalmente, em defesa de seus direitos, estabelecendo relações culturais e de amizade.

REQUERIMENTO Nº 3603

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Cooperativa Paranaense de Medicina - COPAMED, pelos 10 anos de fundação, na pessoa de seu Presidente Rached Hajar Traya.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Cooperativa Paranaense de Medicina - COPAMED, pelos 10 anos de fundação, na pessoa de seu Presidente Rached Hajar Traya, que à frente da cooperativa, representa seus filiados com responsabilidade e dedicação, consolidando a história da cooperativa com sucesso e solidez, demonstrando que o cooperativismo nestes 10 anos, transformou a classe médica em uma categoria unida e solidária, valorizando o profissional médico e demonstrando que os médicos tem interesse e responsabilidade mútuos que torna cada um de muitos, sendo esta a função do cooperativismo.

REQUERIMENTO Nº 3604

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Associação de Moradores e Empresários do Bigorrrilho e Campina do Siqueira - ABICAM, pelo 3º aniversário.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Associação de Moradores e Empresários do Bigorrrilho e Campina do Siqueira - ABICAM, pelo 3º aniversário, que promove a integração dos bairros, conquistando benfeitorias e manutenção da região, melhorando o convívio entre os moradores, empresários e o poder público, demonstrando que a união

da comunidade em torno do bem comum gera uma qualidade melhor de vida para todos.

REQUERIMENTO Nº 3580

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilmo. Sr. Frederico Alvarez, M.D. Diretor Regional no Paraná, da empresa BrasilTelecom S/A, solicitando a ampliação do número de linhas telefônicas nas comunidades de Serra Negra, Assungui e Pedra Chata, do município de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Moradores das localidades de Serra Negra, Assungui e Pedra Chata, do município de Guaraqueçaba, totalizando cerca de 150, tem interesse em obter um terminal telefônico e necessitam dispor desse importante meio de comunicação que é o telefone fixo, razão pela qual solicitamos que a empresa BrasilTelecom proceda as medidas cabíveis com vistas a ampliar com a maior brevidade possível o número de linhas telefônicas nessas comunidades, atendendo assim essa justa e antiga reivindicação de seus moradores.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 525/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Paraná, visando, como opção permanente, contribuir para evitar a mudança perigosa do clima e para que a sociedade possa se adaptar aos impactos da mudança do clima, bem como define seus princípios, diretrizes, objetivos específicos e instrumentos de implementação.

Art. 2º A implementação da Política Estadual sobre a Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Paraná, atenderá aos seguintes princípios:

I - da prevenção, consistente na adoção, pela Administração Pública Estadual e seus administradores, de medidas preventivas que contribuam para evitar a mudança perigosa do clima;

II - da precaução, consistente na adoção, pela Administração Pública Estadual e seus administradores, de medidas preventivas com a premissa de que mesmo a falta de plena certeza científica não deve ser usada para postergar as ações capazes de evitar que a mudança global do clima afete séria ou irreversível o sistema ecológico;

III - da participação, transparência e informação, consistente na busca de oportunidades de participar ativamente da prevenção de mudança global do clima, pela Administração Pública Estadual e seus administradores, na implementação da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e demais aplicáveis;

VI - do desenvolvimento sustentável, consistente na implementação, pela Administração Pública Estadual e seus administradores, de medidas que visem à estabilização da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, associados aos benefícios de ordem social, econômica e ecológica que proporcionem às futuras e presentes gerações melhoria do padrão de qualidade de vida;

V - das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, consistente na possibilidade de o Estado do Paraná e seus administradores, na medida de suas respectivas capacidades, adotarem espontaneamente ações de estabilização da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera;

VI - cooperação internacional e nacional, consiste na promoção, pela Administração Pública Estadual seus administradores da realização de projetos bilaterais nos âmbitos regional, nacional e internacional, de forma a alcançar os objetivos de estabilização da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, respeitadas as necessidades de desenvolvimento econômico e de equilíbrio ecológico.

Art. 3º São diretrizes da Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Paraná:

I - a realização de inventário estadual de emissões, biodiversidade e estoque dos gases de forma sistematizada e periódica;

II - cooperar com outras esferas de competência, nacionais ou internacionais, no desenvolvimento de inventários de emissões de gases de efeito estufa;

III - coordenar a atuação do estado do Paraná com outras políticas e programas relacionados à mudança global do clima, nas esferas nacionais ou internacionais, isolada ou conjuntamente consideradas;

IV - desenvolver programas para sensibilizar, conscientizar e mobilizar a sociedade e respeito das causas e impactos da mudança global do clima;

V - criar linhas de financiamento para estimular o desenvolvimento científico e tecnológico sobre mudança global do clima;

VI - regulamentar, naquilo que for necessário, a operacionalização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL e outras formas de promoção da estabilização da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, dentro do estado do Paraná;

VII - fomentar a cooperação entre os órgãos do Poder Público Estadual, o setor produtivo e a sociedade civil na implementação da Política Estadual sobre Mudança Global do Clima;

VIII - promover a cooperação interinstitucional entre o estado do Paraná e municípios na área de mudança do clima, em especial para implementação eficaz e tempestiva da Política Estadual sobre Mudança Global e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Paraná.

IX - facilitar e agilizar o encaminhamento e aprovação de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL perante a Autoridade Nacional Designada ou quaisquer outras entidades decisórias competentes;

X - a decisão do Governo do Estado do Paraná em contribuir voluntariamente para a estabilização da concentração de gases de efeito estufa nos setores florestal, energético, de transporte, saneamento básico, construção, mineração, pesqueiro, agrícola ou agroindustrial, dentre outros;

XI - incentivar a pesquisa e a criação de modelos de atividades e projetos por meio do estabelecimento de convênios de cooperação técnica, científica e econômica no âmbito nacional, internacional, público e privado;

XII - disseminar as informações relativas aos programas e às ações de que trata esta lei, contribuindo para a mudança progressiva de hábitos, cultura e práticas que tenham reflexos negativos na mudança global do clima e desenvolvimento sustentável;

XIII - a necessidade de que as informações e propostas consolidadas pela Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima e pelo Protocolo de Quito sejam divulgadas, bem como estipulados os projetos voluntários voltados à utilização do mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e outros mecanismos e ou regimes de mercado de créditos de carbono certificados que contribuam efetivamente para a estabilização da concentração de gases do efeito estufa.

Art. 4º São objetivos específicos da Política Estadual sobre mudança Global do Clima de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Paraná:

I - incentivar medidas de estabilização da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera;

II - incentivar medidas de proteção e aumento dos sumidouros e reservatórios de gases de efeito estufa;

III - permitir o desenvolvimento social, econômico e ecológico de forma compatível com a proteção do sistema climático;

IV - estimular o uso de tecnologias mais limpas, a substituição das fontes energéticas fósseis por renováveis e a adoção de práticas de maior eficiência energética;

V - incentivar a criação de programas de intercâmbio tecnológicos ambientalmente adequados;

VI - promover a pesquisa e a disseminação de informações a respeito de mudança global do clima, bem como sobre a importância da preservação, conservação e recuperação dos recursos ambientais;

VII - articular as ações do Poder Público Estadual com os diversos segmentos da sociedade;

VIII - incentivar a criação de instrumentos, inclusive econômicos, financeiros e fiscais, para a promoção

das ações previstas no artigo 1º desta lei, por meio de intervenção sobre as atividades geradoras das emissões de gases de efeito estufa.

IX - o fomento e a criação de instrumentos de mercado que viabilizem a execução de projetos de redução de emissões do desmatamento (RED), energia limpa (EL), e de emissões líquidas de gases de efeito estufa, dentro ou fora do Protocolo de Quito - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), ou outros;

X - o incentivo às iniciativas e projetos, públicos e privados, que favoreçam a obtenção de recursos para o desenvolvimento e criação de metodologias, certificados ou a serem certificados, de redução líquida de gases de efeito estufa;

XI - estímulo aos modelos regionais de desenvolvimento sustentável do estado do Paraná, mediante incentivos de natureza financeira e não financeira;

XII - a promoção de ações para ampliação da educação ambiental sobre os impactos e as consequências das mudanças climáticas para as comunidades tradicionais, comunidades carentes e alunos da rede pública escolar, por meio de cursos, publicações impressas e da utilização da rede mundial de computadores;

XIII - a conscientização da população do estado do Paraná, no que se refere à difusão do conhecimento sobre aquecimento global e suas consequências e todas as formas de se permitir o desenvolvimento sustentável;

XIV - a instituição de selos de certificação às entidades públicas e privadas que desenvolvam projetos no âmbito das mudanças climáticas, da conservação ambiental e do desenvolvimento sustentável do estado do Paraná;

XV - o incentivo ao uso e intercâmbio de tecnologias e práticas ambientalmente responsáveis e a utilização de energias renováveis;

XVI - a implementação de projetos de pesquisa em Unidades de Conservação, utilizando-se dos instrumentos administrativos legais em vigor;

XVII - a instituição, no âmbito do Zoneamento Econômico Ecológico, de indicadores ou zonas que apresentem áreas de maior vulnerabilidade às mudanças climáticas.

Art. 5º O Governo do Estado do Paraná, por meio de suas Secretarias e demais órgãos e entidades estaduais competentes, criará estruturas técnicas e regulamentadoras para a viabilização do Programa Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável.

Parágrafo Único. As entidades públicas e privadas interessadas em aderir aos Programas Estaduais previstos nesta lei deverão manifestar voluntariamente a sua intenção, mediante o registro prévio nos órgãos e entidades competentes.

Art. 6º Para a implementação da Política Estadual de que trata esta lei, ficam criados os seguintes Programas:

I - Programa Estadual de Educação sobre Mudança Climática Global do Clima, com a finalidade de promover a difusão do conhecimento sobre o aquecimento global junto à rede escolar, às instituições de ensino existentes no estado e à rede mundial de computadores;

II - Programa Estadual de Monitoramento Ambiental, com a finalidade de monitorar e inventariar, periódica e sistematicamente, os estoques de carbono da cobertura florestal e da biodiversidade das florestas públicas e das Unidades de Conservação do Estado do Paraná, para fins de natureza científica, gestão científica, gestão sustentável das florestas, sustentabilidade das suas comunidades e futuros mercados de redução de emissões líquidas de gases de efeito estufa e de redução de emissões de desmatamento;

III - Programa Estadual de Proteção Ambiental, visando ao fortalecimento dos órgãos de fiscalização e licenciamento ambiental e à formação de agentes ambientais voluntários;

IV - Programa Estadual de Intercâmbio de Tecnologias Limpas e Ambientalmente Responsáveis;

V - Programa Estadual de Capacitação de Organismos Públicos e Instituições Privadas, objetivando a difusão da educação ambiental e o conhecimento técnico na área de mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável;

VI - Programa Estadual de Incentivo à Utilização de Energias Alternativas Limpas e Redutoras da emissão de Gases de Efeito Estufa, pela adoção de novas tecnologias ou mudança da matriz energética, em especial incrementando o uso de biodiesel.

Parágrafo Único. A estrutura, a regulamentação e a execução dos programas de que trata este artigo serão definidas por meio de decreto, no prazo de 90 dias contados da publicação desta lei.

Art. 7º Fica instituído o Fundo Estadual de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável, que direcionará as aplicações públicas e privadas para o desenvolvimento das seguintes atividades:

I - monitoramento, fiscalização, inventariação, conservação e manejo sustentável das florestas públicas e das Unidades de Conservação do Estado do Paraná;

II - reflorestamento, florestamento, redução de desmatamento e recuperação de áreas degradadas;

III - projetos que resultem na estabilização da concentração de gases de efeitos estufa, nos setores florestal, energético, industrial, de transporte, saneamento básico, construção, mineração, agrícola, pesqueiro, agropecuário ou agroindustrial;

IV - fomento e criação de tecnologias e projetos de energia limpa nos vários setores da economia;

V - educação ambiental e capacitação técnica na área de mudanças climáticas;

VI - pesquisa e criação de sistemas e metodologias de projetos e inventários que contribuam para a redução

das emissões líquidas de gases de efeito estufa e para a redução das emissões de desmatamento;

VII - desenvolvimento de produtos e serviços que contribuam para a dinâmica de conservação ambiental e estabilização da concentração de gases de efeito estufa;

VIII - apoio às cadeias produtivas sustentáveis.

Parágrafo Único. A composição dos recursos do Fundo Estadual de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável será proveniente das seguintes fontes:

I - recursos oriundos de pagamentos por produtos, serviços ambientais e receitas das unidades de conservação conforme definido em legislação específica;

II - recursos decorrentes do não cumprimento de metas de redução em compromissos voluntários estabelecidos pelas Políticas do Estado do Paraná, nos termos desta lei e das demais legislações subsequentes;

III - parcela dos pagamentos de multas por infração ambiental e pagamentos decorrentes da exploração mineral, conforme definido em legislação específica;

IV - convênios ou contratos firmados entre o estado e outros entes da Federação;

V - retornos e resultados de suas aplicações e investimentos;

VI - aplicações, inversões, doações, empréstimos e transferências de outras fontes nacionais ou internacionais, públicas ou privadas;

VII - dotações orçamentárias do estado e créditos adicionais;

Art. 8º O Fundo Estadual de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável será administrado de forma paritária entre membros da sociedade civil e do setor público, observando-se as seguintes estrutura:

I - Conselho Deliberativo: órgão decisório do Fundo, responsável por definir normas, procedimentos, encargos financeiros, aprovação de programas de financiamentos e demais condições operacionais, e que será composto por dez membros, sendo cinco do setor público e cinco da sociedade civil;

II - Conselho Consultivo: órgão de aconselhamento e fiscalização, responsável por indicar providências, verificar a adequação dos investimentos, a destinação dos recursos, avaliar os resultados obtidos e demais atividades consultivas e fiscalizatórias, e que será composto por 12 membros;

III - Secretaria Executiva: órgão responsável pela supervisão e execução do cumprimento das estratégias e dos programas do Fundo, nos aspectos técnico, administrativo e financeiro, respondendo a ambos os conselhos.

Parágrafo Único. A composição das estruturas administrativas do Fundo Estadual de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável deverá ser preenchida com representantes de notório conhecimento técnico ambiental, financeiro ou jurídico, conforme ato do executivo.

Art. 9º O Fundo terá contabilidade própria, devendo registrar todos os atos a ele referentes, publicar anualmente os balanços devidamente auditados e apresentar aos Conselhos Deliberativos e Consultivos, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

§ 1º O exercício financeiro do Fundo coincidirá com o ano civil, para fins de apuração de resultados e apresentação de relatórios.

§ 2º O órgão do Poder Executivo Estadual responsável pela contadoria e auditoria geral do estado deverá auditar o Fundo para certificação do cumprimento das disposições legais e regulamentares estabelecidas, para o exame das contas e de outros procedimentos usuais de auditoria, as quais serão publicadas na rede mundial de computadores.

Art. 10. A destinação de qualquer valor do Fundo em desacordo com as deliberações específicas do Conselho Deliberativo e a falta de observância do disposto nesta lei, implicará a aplicação de penalidade administrativa de impedimento do agente responsável para exercer quaisquer funções no âmbito do Fundo, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação em vigor.

Art. 11. A regulamentação do Fundo e demais normas necessárias para a sua implementação, serão definidas por meio de decreto no prazo de 90 dias contados da publicação desta lei.

Art. 12. O estado do Paraná fixará, para efeitos de redução de desmatamento, conservação e desempenho ambiental, metas por meio região, a serem aferidas no âmbito do Programa Estadual de Monitoramento Ambiental.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, na forma e condições que estabelecer:

I - deferimento, redução da base de cálculo, isenção, crédito outorgado e outros incentivos fiscais relativos ao ICMS, nas seguintes operações:

a) com biodigestores que contribuam para a redução da emissão de gases de efeito estufa;

b) com metanol, inclusive insumos industriais e produtos secundários empregados na sua produção, destinado ao processo produtivo de biodiesel;

c) com biodiesel, inclusive insumos industriais e produtos secundários empregados na sua produção;

d) de geração de energia baseada em queima de lixo;

e) realizadas pelas sociedades empresárias que se dediquem exclusivamente ao ecoturismo, que tenham práticas ambientais corretas e que institua programa de educação ambiental em mudanças climáticas por intermédio de estrutura de hospedagem, observada a quantidade de leitos prevista em regulamento e desde que localizada fora das zonas urbanas.

II - benefícios de redução de base de cálculo ou isenção relativa ao IPVA, nos seguintes casos:

a) veículo que, mediante a adoção de sistemas ou tecnologias, comprovadamente reduzam, no mínimo, percentual definido em regulamento aplicado sobre suas emissões de gases de efeito estufa;

b) veículo que, mediante substituição do combustível utilizado por gás ou biodiesel, reduza, no mínimo, percentual definido em regulamento aplicado sobre suas emissões de gases de efeito estufa.

Art. 14. Ocorrerá redução ou revogação de benefício fiscal, na forma de regulamento, na aquisição de motosserras ou prática de quaisquer atos que impliquem o descumprimento da política instituída por esta lei.

Art. 15. Para a concessão da Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Paraná adotará como estratégias:

I - o incentivo e viabilização de ações de promoção do desenvolvimento e uso de tecnologias redutoras de emissões líquidas;

II - o desestímulo às emissões líquidas;

III - a promoção de medidas da adaptação à mudança do clima, quando possível;

IV - o diagnóstico dos impactos da mudança do clima sobre a sociedade do estado do Paraná, inclusive sobre os aspectos de bem-estar e economia;

V - impetrar, perante outras esferas de competência, nacionais e internacionais, medidas capazes de mitigar o impacto da mudança do clima no estado do Paraná;

Parágrafo Único. Para os fins previstos neste artigo, deverão ser levados em consideração:

I - os potenciais tecnológico, econômico e de reduções de emissões líquidas no âmbito estadual;

II - a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, o Protocolo de Quito e decisões subsequentes editadas em consonância com a Política Estadual sobre Mudança Global do Clima.

Art. 16. Fica criado o Programa Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável, com a finalidade de implementar a Política Estadual de que trata esta lei.

§ 1º O Programa Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável deverá:

I - atender às necessidades do desenvolvimento econômico, ecológico e social;

II - proporcionar a redução das desigualdades de bem-estar social no ambiente do território do estado do Paraná;

III - oferecer meios para utilização racional dos recursos ambientais nele dispostos e outras formas de melhoria da qualidade de vida.

§ 2º O Programa Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável é dividido em Subprograma Geral e Subprograma Setorial, compostos

por programas específicos caracterizados pela espontaneidade, definição de objetivos específicos, metas voluntárias, prazos e identificação de recursos para as reduções de emissões líquidas.

§ 3º O Programa Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável consiste no estabelecimento de um saldo positivo ambiental que:

I - por se basear em ações voluntárias para a elevação do padrão de qualidade ambiental no território do estado do Paraná:

a) não significa qualquer assunção de responsabilidade de redução de emissões líquidas perante outros níveis da Administração Pública brasileira ou em face de outros estados que sejam parte de acordo com bilaterais ou multilaterais;

b) importa a adoção de medidas que contribuam para a estabilização da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera a serem realizadas pelo empreendedor do projeto ou atividade; que possam ser apresentadas a outras autoridades administrativas com demonstração de espontaneidade na realização de ações capazes de evitar mudanças climáticas e que sejam passíveis de reconhecimento no âmbito do cumprimento de quaisquer obrigações futuras;

c) corrobora para a demonstração de iniciativas de reduções de emissões líquidas que não ocorreriam na ausência da execução do programa referido no *caput* deste artigo, servindo, por conseguinte, para efeito de exercício do direito de obtenção de créditos de carbono no âmbito do Protocolo de Quito.

II - por prever a promoção de atividades ou projetos que levem em conta a eficácia de combate à mudança global do clima é capaz de contabilizar iniciativas espontâneas;

III - pode fazer parte de ações de instituições de fomento à satisfação da demanda pela melhoria das condições ambientais;

IV - gera um banco de dados de projetos ou atividades relevantes na esfera estadual, capazes de incentivar a mitigação de emissões líquidas e a adaptação aos impactos da mudança do clima, promovendo:

a) a plena oportunidade de participação da população, recorrendo à cooperação entre os órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, universidades e outras instituições de ensino, e de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, e organizações não-governamentais e locais;

b) o fortalecimento, no âmbito estadual, das capacidades de formação profissional e de pesquisa relacionada à mudança global do clima;

c) a criação e reforço dos serviços de apoio à concepção e implementação de projetos capazes de reduzir os riscos da mudança global do clima, bem como tornar os benefícios econômicos, ecológicos e sociais, decorrentes dessas iniciativas espontâneas, acessíveis em larga escala;

d) disponibilização de informações para a implementação das atividades e projetos de emissões líquidas.

V - possibilitar o empreendedor das reduções de emissões líquidas, utilizar sua iniciativa no âmbito de acordos, já celebrados ou futuros, de contrapartida ambiental ou compensação ambiental.

§ 4º Para efeito de aplicação desta lei, considera-se saldo positivo ambiental o resultado do meio ambiente ecologicamente equilibrado obtido a partir da contabilização da diferença entre:

I - Crédito Ambiental: os efeitos favoráveis das ações promotoras da estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera.

II - Débito Ambiental: os impactos negativos ao meio ambiente, sob os aspectos ecológicos, econômico e social, que causam a mudança global do clima.

Art. 17. Fica criado, no âmbito do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, o Sistema Estadual sobre Mudança Global do Clima, estrutura técnica, jurídica e regulamentadora para a viabilização do Programa Estadual sobre Mudança Global do Clima.

I - O Sistema Estadual sobre Mudança Global do Clima:

a) funcionará mediante alocação de responsabilidades das estruturas já existentes, sendo que passados 3 (três) anos de seu funcionamento será avaliado quanto à adequação de sua estrutura;

b) será constituído por um ramo jurídico em paralelo com um ramo técnico que entre si darão o apoio necessário à implementação eficaz dos princípios diretrizes e objetivos desta lei;

c) está incumbido da disponibilização de prestação de assessoramento e facilitação aos administrados interessados em desenvolver projetos e atividades de reduções de emissões líquidas;

d) recomendará a celebração ou o reforço de convênios e parcerias para a concepção e execução dos programas específicos, referidos no artigo 6º, parágrafo 2º;

e) visará o aproveitamento das possibilidades e oportunidades de acesso à obtenção de créditos de carbono comercializáveis no mercado internacional ou nacional, na medida em que forem definidos mercados de emissões líquidas;

f) propiciará a orientação aos interessados em gerar créditos de carbono quanto à forma adequada da implementação do Protocolo de Quito e quaisquer outros mecanismos similares.

Art. 18. Fica criado o título de Benfeitor Ambiental, a ser atribuída a toda pessoa, física ou jurídica, de direito público ou privado que, tendo iniciado atividade ou projeto de reduções de emissões líquidas, no âmbito desta lei, completar o ciclo de proatividade ambiental a que, voluntariamente, se comprometeu.

§ 1º Para os efeitos desta lei, entende-se por emissões líquidas as emissões antrópicas de gases de efeito

estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, menos as remoções antrópicas de Dióxido de Carbono.

§ 2º O ciclo de proatividade ambiental será definido por meio de decreto, levando-se em conta as seguintes premissas:

I - O ciclo de proatividade ambiental vem a ser o conjunto de ações em prol da prevenção de processos, naturais ou antrópicos, causadores de desequilíbrio ecológico, que:

a) tenham a sua origem em práticas já instituídas no ordenamento jurídico, nacional ou internacional, tal como é o ciclo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, e que se enquadrem nos respectivos requisitos; e

b) comprovem a melhoria do meio ambiente proveniente das ações referidas neste inciso.

II - o Benfeitor Ambiental poderá ser contemplado com sanções premiais ambientais, que resultem:

a) em benefício não-econômico - sem prejuízo de benefício de outra natureza, conforme regulamentação específica - calculado com base em porcentagem do retorno auferido pela sociedade em função da melhoria da qualidade do meio ambiente resultante da contribuição realizada além dos parâmetros exigidos pela legislação ambiental;

b) na inclusão no maior número possível de programas específicos referidos no artigo 6º, parágrafo 2º, em paralelo com outros programas que visem melhoria das condições ambientais, a partir da atuação no âmbito do estado do Paraná;

c) no reconhecimento público das melhorias efetivamente traduzidas por meio da sua ação.

Art. 19. Será criada uma linha de crédito específica para que agências de fomento e outras instituições possam investir em desenvolvimento científico e tecnológico relacionados à mudanças perigosas do clima.

Parágrafo Único. Os recursos captados pela linha de crédito referida no *caput*:

I - destinar-se-ão a apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico em universidades, institutos, Prefeituras, órgãos e centros de estudos públicos e privados sobre a mudança do clima, incluindo:

a) desenvolvimento de inventários de emissões de gases de efeito estufa;

b) elaboração de modelos e cenários de emissões líquidas;

c) vulnerabilidade e adaptação aos impactos da mudança do clima;

d) fomento às atividades de mitigação de emissão de gases de efeito estufa;

e) ensino e informação pública.

f) gestão de áreas protegidas e fomento de atividades sustentáveis;

g) geração de créditos de carbono;

h) aquisição de insumos, equipamentos, realização de obras, serviços, implantação, monitoramento, valida-

ção, certificação e verificação das reduções das emissões líquidas de gases de efeito estufa;

i) o desenvolvimento e ou aquisição de tecnologias.

j) o estudo e aprimoramento de metodologias;

k) estudos de viabilidade técnica e financeira;

Parágrafo Único. Os projetos e atividades a serem financiados nos termos deste artigo deverão atender à legislação nacional e internacional aplicável e gerar benefícios reais, mensuráveis e de longo prazo ao meio ambiente e à qualidade de vida da sociedade civil.

II - compreenderão a possibilidade de concessão de bolsas de estudo para iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado bem como a aquisição e a manutenção de recursos materiais, o custeio de despesas para a realização de pesquisa de campo e o financiamento para a participação ou para a apresentação de trabalhos em eventos científicos.

Art. 20. A disponibilização dos recursos financeiros, previstos nesta lei, para atividades e projetos de reduções de emissões líquidas, que produzam benefícios reais, mensuráveis e de longo prazo, incluindo os projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, abrangerão, entre outros;

I - a realização de estudos de viabilidade;

II - a concepção, validade, realização de obras, aquisição de equipamentos, serviços, implantação, monitoramento e verificação das reduções das emissões líquidas;

III - o desenvolvimento ou aquisição de tecnologias; IV - o desenvolvimento de metodologias.

§ 1º Os mecanismos de financiamento referidos no *caput* deverão verificar a existência nos projetos e atividades a serem financiados os seguintes critérios:

I - cumprimento da legislação aplicável;

II - adicionalidade dos benefícios da atividade, conforme regulamentação nacional e internacional aplicáveis;

III - sustentabilidade do projeto, conforme regulamentação nacional e internacional aplicáveis.

Art. 21. O estado do Paraná buscará fontes nacionais e internacionais para o funcionamento dos projetos e atividades contemplados nesta lei.

Art. 22. O estado do Paraná dispensará tratamento tributário diferenciado às atividades e projetos que promovam a estabilização da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, por meio de legislação específica.

Art. 23. As atividades integrantes de um empreendimento ou projeto candidato ao Mecanismos de Desenvolvimento Limpo - MDL que proporcionem reduções de emissões líquidas e que estiverem sujeitas ao licenciamento ambiental, terão prioridade de apreciação no

âmbito do respectivo processo administrativo pelo órgão ambiental competente.

§ 1º Decreto regulamentador definirá atividade e projetos equivalentes ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, para fins de concessão do benefício previsto neste artigo.

§ 2º No ato da formalização do processo de licenciamento, o requerente deverá apresentar declaração ratificando o enquadramento do empreendimento no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL ou equivalente nos termos do parágrafo anterior.

§ 3º Será ampliado o tratamento prioritário estabelecido neste artigo às atividades e projetos que se encontrarem em fase de licenciamento ambiental, na data da publicação desta lei, devendo o empreendedor requerer o benefício, por escrito, ao órgão ambiental competente.

Art. 24. O estado do Paraná poderá celebrar convênio e parcerias, com entidades internacionais, nacionais e locais para a concepção dos programas específicos referidos no artigo 6º, parágrafo 2º.

Parágrafo Único. Para os fins e efeitos deste artigo, o estado do Paraná dará atenção especial aos convênios e parcerias que primem pela eficiência do processo de aprovação dos projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, em especial com a autoridade nacional designada e organismos internacionais competentes

Art. 25. Para consecução dos objetivos desta lei, será efetuado levantamento organizado e mantido o cadastro das fontes fixas e móveis de emissões líquidas e seu inventário, em relatório próprio, segundo metodologias reconhecidas internacionalmente, adaptadas às circunstâncias estaduais.

§ 1º O inventário de que trata este artigo será atualizado e publicado anualmente, até o dia 31 de maio, com base nos dados referentes ao período de janeiro a dezembro do ano anterior.

§ 2º O inventário elaborado nos termos deste artigo será utilizado como instrumento de acompanhamento de possíveis interferências antrópicas no sistema climático e de planejamento das ações e políticas de governo, destinadas à implementação do Programa Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 26. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que institui a Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo se constituir de uma base para o debate maduro, responsável e abrangente entre órgãos públicos do estado do Rio Grande do Sul, municípios, instituições, universitárias e científicas, organizações não-governamentais, federações de empresários e traba-

lhadores, e outros setores da sociedade civil organizada. O gradativo aumento da temperatura média do planeta, resultado do acúmulo crescente de emissões de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera, com todas as graves consequências que isto representa para todos os seres vivos, inclusive o homem motivou, no final da década de 80, um intenso debate em escala internacional, tanto no meio científico como no campo governamental, que culminou com a adoção da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQMC) em 1992, que entrou em vigor em 1994. A CQMC reconheceu a responsabilidade comum de todos os países do Globo pelo agravamento do efeito estufa, porém diferenciada segundo a participação de cada um no contexto geral: aos países já industrializados (partes inseridas no Anexo 1 da CQMC), atribuiu-se uma parcela maior dessa responsabilidade, em função de seu histórico de emissões. Naquela ocasião, os países no Anexo 1 assumiram o compromisso específico de reduzir suas emissões de GEE aos níveis verificados em 1990, até o final do ano 2000.

Em 1997, com a adoção do Protocolo de Quito, foram estabelecidas metas individualizadas de redução do total das emissões nacionais para os países do Anexo 1, que correspondem a uma redução de pelo menos 5% para o conjunto desses países, sobre a quantidade de emissões registradas em 1990, a serem verificadas no período de 2008-2012. Para auxiliar o cumprimento dessas metas, foi instituído, dentre outros, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que tem por objetivo estimular o desenvolvimento sustentável nos Países Não-Anexo 1, como o Brasil, e auxiliar os Países do Anexo 1 no cumprimento de suas metas. Por meio do MDL, os Países do Anexo 1 (incluindo os próprios Governos e empresas do setor privado) podem investir em projetos de redução de emissões de GEE ou projetos de sequestro de carbono, em Países Não-Anexo 1, e obter Reduções Certificadas de Emissão (RCE) que vierem a ser originadas desses projetos. AS RCE representam quantidades reduzidas de emissão de GEE, que podem ser deduzidas de uma parcela das metas de redução de emissões nacionais estabelecidas para os Países do Anexo 1.

O Brasil tem uma importante participação neste esforço internacional, com a implantação de um conjunto de ações para redução das emissões de GEE, não só porque o país mantém uma postura responsável perante o problema da mudança global do clima em consonância com sua tradição de participação construtiva na abordagem de temas de interesse mundial, mas também porque são inúmeras as possibilidades existentes de ações, no território, que visam atender ao objetivo da CQMC. Em resposta ao compromisso brasileiro de estabelecimento de programa de mitigação de emissões de gases de efeito estufa e de adaptação à mudança global do clima e considerando a distribuição de competência entre os entes que compõem a federação, cabe a adoção de políticas públicas que sejam consistentes e eficazes, o que deve ocorrer não apenas no âmbito federal, mas também na esfera estadual e munici-

pal. Este projeto de lei foi elaborado a partir de iniciativas executivas e legislativas de vários estados brasileiros e, como já mencionei, tem a intenção de ser uma contribuição da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para criar uma Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e compromisso com o desenvolvimento sustentável e, especialmente para permitir o debate com todos os setores da sociedade civil organizada. Diante do exposto fica explícita a necessidade de a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná promover todas as ações possíveis no sentido de defender o meio ambiente através de uma política pública ambiental responsável.

PROJETO DE LEI Nº 526/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A Secretaria de Estado da Saúde deverá providenciar o envio, por sistema expresso e seguro de agente dos Correios, dos medicamentos utilizados pelos doentes crônicos, no endereço indicado pelos mesmos.

Art. 2º O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, poderá estabelecer convênios para a consecução do disposto no artigo anterior.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por objeto a agilização do atendimento aos doentes crônicos, evitando filas e melhorando a distribuição dos remédios, evitando constrangimento aos pacientes.

Tal medida deve ser colocada em prática pois obedece ao princípio da economicidade e eficiência administrativa, atentando aos prazos de validade dos medicamentos.

Isto posto, temos a certeza de que esta proposição terá um trâmite acelerado entre as comissões e aprovada nesta Casa.

Pequeno Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sr. 1º Secretário Jonas Guimarães, Sra. 2º Secretária Deputada Luciana Rafagnin.

Subo a esta tribuna para poder elucidar melhor o meu discurso. Na tarde de ontem, ainda bem que, como de

praxe, economizamos tanto em explicação como em palavras quando utilizamos a verdade. Coloquei bem claro para a imprensa desta Casa que tinha relatado uma mensagem do Governador do Estado e alguns falaram: “Mas é um pacote de bondade?” Falei: olha, vai haver bondade, sim, milhares de paranaenses serão beneficiados, mas acima de tudo o Governo está cumprindo o que diz a Lei de Responsabilidade Fiscal, que diz que você tem que dispende recursos públicos tão-somente à altura e no volume suficiente, para garantir que a arrecadação seja melhor que aquilo que você arrecadar. E nesse caso da remissão de pequenas dívidas o Governo, na verdade, estava fazendo um benefício primeiramente para ele, Governo, economizando em relação às cobranças judiciais de IPVA até R\$ 250; de dívidas de ICM até R\$ 1 mil; dívidas de imposto de transmissão *causa mortis* até R\$ 1 mil e 500 e assim por diante. Inclusive na CCJ deixei bem claro que nem relatório de impacto veio, porque o impacto é necessário quando o Governo quer levar algum benefício. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, toda vez que você estipula um benefício, tem que dizer de onde vai tirar o dinheiro, como estamos acompanhando agora na minirreforma tributária. Disse que vai levar um benefício na diminuição de 95 mil itens e está dizendo de onde vai tirar esse dinheiro.

Nesse caso, não houve o relatório, porque o Governo está demonstrando na própria mensagem que o custo da execução é maior que esses valores para arrecadar. E sei a dificuldade que às vezes, não só eu, mas muitos Deputados têm de conseguir demonstrar para a imprensa qual o objetivo de algumas mensagens. Por que falo isso? Porque hoje pela manhã, dando entrevistas a algumas rádios sobre esse projeto do Governo, Deputado Jonas Guimarães, percebi que alguns ouvintes e alguns repórteres falavam do desrespeito toda vez que vem uma anistia. Por que esse desrespeito? Esse desrespeito é quando vem uma anistia que perdoa multas. Nesse caso não há desrespeito, nem por parte do Governo, nem por parte da CCJ, e tenho certeza que nem por parte de nenhum Deputado.

Quero esclarecer aqui para a imprensa, para os nossos convidados e acima de tudo para a população do Paraná que isso é respeito. Pelo contrário, é respeito com aquelas pessoas que pagam em dia o seu IPVA, pagam em dia o seu imposto. Por quê? O dinheiro que o Governo vai utilizar, dinheiro bom, dinheiro que já está no cofre para fazer essas cobranças, é o dinheiro desses contribuintes que pagaram em dia.

Então, na verdade, se trata de uma forma de respeitar aqueles que pagam em dia. E por que o Governo está anistiando isso? Porque é mais caro você gastar, de repente R\$ 1 mil, no caso do IPVA, o montante de 286 mil carros que se enquadrariam nesse benefício de até R\$ 250 de dívidas, daria em torno de R\$ 54 milhões, considerando que todos pagassem. Só que o custo da execução seria de mais de 71 milhões. Quer dizer, gastaríamos 20 milhões a mais para cobrar.

Então, é muito melhor para o Governo, que também não tem tido um bom resultado nisso, abrir mão

dessa pequena dívida e colocar o seu aparato, usar todo aparato, não só a Procuradoria, os seus auditores para cobrar dívidas maiores.

Então, não se trata de um desrespeito. Pelo contrário. E faço este esclarecimento porque percebi hoje, principalmente em relação aos ouvintes, as pessoas que interpelavam, que interpretavam como um desrespeito contra aquelas pessoas que pagaram em dia. Pelo contrário. É respeito àqueles que pagaram em dia, porque aqueles que pagaram em dia fizeram o seu recolhimento e esse dinheiro que já está no cofre do Governo, é que será utilizado para, muitas vezes, buscar um recurso que sequer o Governo atinge, tanto é que na mensagem o próprio Governo diz que recebe apenas meio por cento das execuções.

Então, agradeço principalmente à imprensa escrita, que de uma maneira muito clara elucidou este projeto em todas as reportagens que foram feitas. Não se trata de defender este Governo ou aquele Governo.

E também aproveito esta tribuna aqui e faço um parêntese para dizer que em relação à reforma tributária, hoje teremos a última Audiência Pública, provavelmente na Associação Comercial. Também vale, Deputado Dobrandino, o mesmo discurso que fiz na primeira oportunidade, ninguém aqui, ninguém, nenhum Deputado será contra. E faço esta ressalva porque hoje recebi, assim como outros Deputados, a visita do Presidente da Associação dos Supermercados, e colocou que parecia que os supermercados eram vilões. Pelo contrário. Eu falei, se há esta interpretação por parte de alguns segmentos da imprensa, não é dos Deputados que estão fazendo um contraponto à esta reforma. Por quê? Porque entendemos que eles têm, na verdade, não só os supermercados, na verdade os supermercados são os únicos que estão mostrando a cara e defendendo a reforma, porque serão beneficiados, e se comprometem a passar esse benefício. Tem outros segmentos que não estão mostrando.

Agora, o que pedimos desde o primeiro pronunciamento é o equilíbrio. Ninguém é contra a reforma, a diminuição. O que nós queremos, Deputado Luiz Carlos Martins, em todas essas Audiências Públicas, o Deputado Douglas que tem sido um defensor, aliás, tem se pronunciado muito a favor da micro e da pequena empresa, que está faltando mais corporativismo, mais pessoas defendendo a microempresa, porque já foi anunciado até que a microempresa vai ter que arcar com boa parte do custo dessa compensação dos benefícios que estão sendo anunciados pelo Governo.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Então, queremos o contraponto e queremos a palavra equilíbrio. É por isso que fiz este discurso, até para esclarecer, principalmente aos milhares de paranaenses, as pessoas do interior, porque serão muitos os beneficiados com essa remissão, esse perdão da dívida do Governo do Estado em relação a dívidas de IPVA até R\$ 250, a

dívidas de ITCMD até R\$ 1 mil e 500 e a dívidas de imposto, principalmente as micro e pequenas empresas até R\$ 1 mil. E isso não se trata efetivamente de um desrespeito com quem pagou em dia, se trata, na verdade, de um mecanismo que não só é previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, como também é imposto na LRF. Ela diz que todo governante, seja ele municipal, estadual ou federal, só pode gastar para arrecadar se a arrecadação for mais vantajosa, senão você está jogando dinheiro fora. Então, jogar dinheiro fora, é que significa desrespeitar os contribuintes que pagaram em dia.

Com o aparte o Deputado Jocelito.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Só para complementar o seu pronunciamento, nós quando Prefeito tínhamos este problema na Prefeitura, a dívida ativa, muitas pessoas deviam e não cabia efetivamente fazer a ação porque não compensava, exatamente nessa linha. E o que acontece? Hoje a Prefeitura tem lá inscrito um número X de dívida ativa, que não é verdadeira porque não consegue cobrar. Se for cobrar é mais caro. Então, concordo com o seu projeto, acho que ele tem toda razão e o complemento feito por V. Exa. é perfeito, tem o nosso apoio. Acho que o caminho é exatamente esse, não é renúncia, não é deixar de dar calote, acho que é o caminho correto e isso vai beneficiar também pessoas mais simples.

Concordo inteiramente com V. Exa.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Agradeço seu aparte e, na verdade, vou utilizar o aparte do Deputado Jocelito, até para dizer aos Vereadores que nos acompanham pela TV Assembléia que muitos Prefeitos em muitas Prefeituras do Paraná não fazem isso que é previsto na LRF e que se trata até de uma gestão administrativa eficiente para deixar esse passivo, esse dinheiro, essas execuções como ativo, até para buscar capacidade de endividamento. Os Vereadores cobrem isso, que façam o seu papel e cobrem na prestação de contas da Prefeitura essas pequenas dívidas. Façam isso, porque é muito mais eficiente como V. Exa. fez quando era Prefeito e todos os Prefeitos podem fazer, perdoar estas dívidas, porque não existe nenhum problema, nem com o Tribunal de Contas, nem com a LRF. Pelo contrário, ele determina que se faça isso.

Feito esse esclarecimento agradeço, principalmente e mais uma vez, à imprensa, que esclareceu esse projeto e não fez passar como muita gente interpretou que seria um desrespeito àqueles pessoas que pagaram em dia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência sente-se honrada com a presença da Cônsul da Ucrânia, a Sra. Larissa Mironenko, acompanhada do nosso companheiro Vitório Sorotiuk. Seja bem-vinda a nossa casa.

No Grande Expediente o Deputado Felipe Lucas fará uso da palavra em homenagem a um tema tão importante, que diz respeito a todo cidadão do mundo e que toca diretamente aos nossos irmãos ucranianos.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Fábio Camargo.

Deputado Fábio Camargo (PTB)

O SR. FÁBIO CAMARGO

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, demais Deputados que estão compondo a Mesa, uma saudação especial aos nossos visitantes, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“Desde que trouxe as denúncias dos abusos cometidos pelo Juiz Pedro Sanson Corat na liberação de grampos telefônicos no Paraná, tenho recebido muitas mensagens de apoio e solidariedade. Também recebi críticas, quando exagerei nos adjetivos aos Juiz Corat. Assim como os apoios me fazem ir em frente, escuto as críticas com humildade. Motivado pela emoção e indignado com as ameaças que haviam chegado aos meus ouvidos, proferi palavras duras, mas sempre com a intenção de fazer valer a justiça, o cumprimento da lei.

O que ocorre no Paraná é muito grave. Da caneta do Juiz Corat as interceptações perduram por meses e meses, quando a lei manda que os grampos têm que ser de 15 dias, prorrogáveis por apenas mais 15 dias. Há ainda as ordens verbais - pasmem, ordens verbais - que, em alguns casos, autorizavam grampos que devassaram vidas de pessoas que, no fim das investigações, nada deviam. Autorizações sem controle. E ao final, nada foi encontrado de ilegal. Inúmeros casos. Isto, de fato, aconteceu e foi notificado pela Gazeta do Povo.

Eu apenas quero explicações. Até porque o Juiz Corat esperneou, buscou moção de apoio em diversas associações e entidades. Mostrou a quem quisesse ver o seu currículo, mas em momento algum negou as denúncias. Em momento algum o Juiz disse que não fez o que denunciei. Apenas mostrou o seu currículo. Mas ninguém está colocando à prova o seu currículo, mas as suas ações à frente da Vara de Inquéritos Policiais.

E é essa falta de controle que assusta. Centenas de telefonemas e diálogos gravados estão à disposição de qualquer advogado que requeria.

A Vara de Inquéritos não pode correr o risco de ser olhada com desconfiança pela opinião pública, por causa de um Juiz que se traveste de policial e toma atitude que fere o artigo 10 da Lei Federal nº 9296/96. Diz o artigo 10: *Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar segredo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.*

Critiquei, sim, o Juiz Corat e continuo criticando. E complemento dizendo que considero importante a sua intenção em me processar. Ao menos terei como me defender e provar a realidade. Mas como bem diz a cultura popu-

lar: quem não deve não teme. A intenção de o Juiz me processar nada mais é que uma tática defensiva. Quem agiu com desvio de finalidade e de função foi esse Magistrado.

É assim que ajo. Sempre às claras. Não faço ameaças. Falo olho no olho. E reafirmo o meu mais profundo respeito pelo Poder Judiciário, tanto que faço parte de uma família de Juizes e Desembargadores. Reafirmo o meu respeito pelo Presidente da Associação dos Magistrados, Desembargador Miguel Kfoury Neto, que me criticou de forma equilibrada e também quer buscar a verdade dos fatos. E ele realmente tinha razão no que falou.

Em momento algum critiquei a classe dos Juizes e som o Juiz titular da Vara de Inquéritos Policiais do Foro Central da comarca da Região Metropolitana de Curitiba, que desrespeita a Constituição Federal autorizando escutas telefônicas ao arrepio da lei, distribuindo senhas a policiais para ter acesso a telefones de todo o país 24 horas por dia durante um ano inteiro. É contra esse Magistrado, que se considera acima da sua instituição e acima do bem do mal, que me oponho.

E aproveito para trazer mais um exemplo grave para apreciação dos Srs. Deputados e da sociedade paranaense. Recebi de uma pessoa de convívio comum minha e do Juiz a informação sobre o Processo nº 2005/7812-2, da Vara de Inquéritos Policiais de Curitiba. Nesse processo, segundo me foi informado, a Vara de Inquéritos autorizou a escuta telefônica do Delegado Chefe da Polícia Civil, Delegado Jorge Azor Pintor, por nada mais nada menos que sete meses! Além de outras dezenas de Delegados do nosso estado, na mesma ordem de serviço. Delegados esses que já prestaram grandes serviços à sociedade.

E, abrindo um parêntese, quero ver agora a Associação dos Delegados da Polícia Civil e a Secretaria da Segurança Pública apoiarem o Juiz que grampeou vários de seus membros. E mais: também foi autorizada a interceptação telefônica do Chefe de Gabinete de um dos Deputados da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa por cinco meses! O Delegado Chefe e o Chefe de Gabinete de um Deputado! Dois cidadãos de conduta ilibada, que sequer têm algum inquérito aberto contra si na Justiça. Tiveram sua privacidade invadida por meses! E, como era de esperar, ao final desse longo período nada foi encontrado de incriminatório. Nada! Os dois não devem absolutamente nada à Justiça! E qual o destinatário do resultado dessas interceptações? É isso que queremos esclarecer.

E quero finalizar dizendo que encaminhei ao presidente da CPI dos Grampos, Deputado Federal Marcelo Itagiba, do PMDB do Rio de Janeiro, e ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Gilmar Mendes, as cópias dos acórdãos do Tribunal de Justiça do Paraná reformando as decisões da Vara de Inquéritos Policiais de Curitiba, liderada pelo Juiz Pedro Sanson Corat, contendo autorizações abusivas de escutas telefônicas.

Mais uma vez o Judiciário do Paraná mostra que é um dos melhores do Brasil. Foram 11 *habeas corpus* em favor da BrasilTelecom concedidos pelo Tribunal de Justiça do Paraná, que atendeu ao questionamento daquela

empresa de telefonia e entendeu que realmente houve abusos cometidos pela Vara de Inquéritos Policiais de Curitiba. Isso mostra a seriedade do Judiciário do Paraná.

Todo o Juiz tem a garantia constitucional da inamovibilidade, o que não significa que, observados certos requisitos, determinado processo legal, não possa ser removido de uma Vara se sua permanência se tornar inconveniente ao Poder Judiciário.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PTB/PR

Tenho a convicção que a apreciação dos fatos, garantindo o amplo direito de defesa, e uma vez comprovada a veracidade das acusações sobre as escutas ilegalmente autorizadas, este Magistrado poderá ser afastado e o Paraná ficará livre de tais escutas e abusos.”

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Fábio Camargo, o senhor me assusta quando faz este pronunciamento. V. Exa. cita, por exemplo, que o Magistrado teria grampeado o Delegado Chefe da Polícia Civil do Paraná, por muitos meses. O Delegado Chefe da Polícia Civil do Paraná, se grampeado, é muito grave esta afirmação. É preocupante. E é mais preocupante também quando V. Exa. afirma nesta tribuna, que um Chefe de Gabinete de um membro desta Casa também foi grampeado, por determinação deste Magistrado. Eu acho, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que as acusações feitas pelo Deputado Fábio Camargo são gravíssimas. O que queria um Juiz ao grampear o Chefe do Poder da Polícia do Paraná, o homem que manda nos Delegados, e vários Delegados, como V. Exa. está dizendo aí.

Esta Casa precisa, imediatamente, tomar uma providência, porque neste momento se extrapolou o direito dos Poderes, quando um Juiz determina ouvir o Delegado. E para ouvir o Delegado, quem faz as escutas? Que eu saiba, pelo menos naquela CPI que participamos, de poucos dias, mas que deu para aprender algumas coisas, ela nos mostrou que quem fazia os grampos era a PIC. E quem grampeava eram Promotores e policiais militares e membros da Polícia Civil, que eram cedidos a esse departamento.

Então, agora, quando V. Exa. diz que o Juiz mandou grampear o Delegado-Chefe da Polícia Civil do Paraná, como o Delegado não sabia que estava grampeado se é no próprio poder da Polícia Civil - em que ele é Comandante - que nascem muitos grampos ou onde acontecem esses acompanhamentos?

Então, isso nos preocupa. É muito grave a denúncia que V. Exa. traz, e se o faz da tribuna, faz fundamentado, porque V. Exa. não subiria à tribuna da Casa para fazer uma revelação dessas, tão importante, quando diz que alguém grampeou o Delegado-Chefe da Polícia Civil, autorizado pelo Juiz. Porque esses grampos que fazem aí de caixinha ou de esquina não existem mais, é papo furado, porque esse é verejinho, é coisa para descobrir se o marido está saindo com a mulher, ou seja, é besteira. Os

grampos verdadeiros são esses feitos através de comunicação judicial, que se libera um e se ouve mais 10.

Então, fiquei preocupado e acho que é preciso tomarmos providências. Os documentos que V. Exa. apresenta, que ele grampeou Delegados do Paraná, alguma coisa tem por trás disso. E V. Exa. disse que o Delegado não deve nada e eu também sempre soube que o Delegado Azor sempre foi uma pessoa espetacular. Agora, nos assusta e nos deixa preocupado quando V. Exa. vai a essa tribuna e diz que o Delegado-Chefe do Paraná foi grampeado. Isso é muito grave e precisa ser investigado de uma forma que não vire pizza. Precisa ser investigado a fundo, porque isso não é brincadeira. Se esse Juiz fez isso, ele deve ter algum indício, e se tem, como é que o atual Chefe da Polícia continua como Chefe? Será que deve alguma coisa?

Então, a preocupação é muito grande e é preciso investigar. Conheço o Dr. Azor e só tenho boas referências dele e também o fato de grampear o Chefe de Gabinete de um membro desta Casa, isso é preocupante. Tem alguma coisa no meio: guerra de Poderes.

Então, quero dizer a V. Exa. que fiquei preocupado em relação ao Delegado. Se o Delegado-Chefe da Polícia do Paraná foi grampeado, precisamos saber por quê, quem determinou e qual é o motivo. Muito obrigado.

O SR. FÁBIO CAMARGO (PTB)

Muito obrigado, Deputado Jocelito, pelo aparte!

Na realidade, hoje pela manhã recebi um telefonema do Presidente da CPI do Grampo, Deputado Itagiba, quem verbalmente já me convidou a participar da CPI. Estou aguardando o documento oficial e, com certeza, em função do nosso recesso já estar perto, nesta Casa não há tempo de instalarmos essa CEI do Grampo já aprovada pelo Plenário, que não foi instalada em função do escasso tempo que temos antes do recesso. Mas, V. Exa. tenha certeza que estarei encaminhando todos os documentos à CPI Nacional e, com tranquilidade e equilíbrio, tenho a convicção que vamos trazer toda a verdade dos fatos: quem grampeou, por que foi grampeado, quais os objetivos, quem escutou o grampo e por que pessoas que nunca responderam por nenhum tipo de crime de delito - como é o caso do Azor e do Chefe de Gabinete de um Parlamentar desta Casa - acabaram ficando meses e meses grampeados, tendo o seu direito constitucional passado por cima.

Era isso que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Fábio, nesta oportunidade quero dizer que buscamos aqui, incessantemente, o fortalecimento do Poder Legislativo e esse fortalecimento está ligado, permanentemente, com as relações republicanas com os Poderes, e não poderia ser diferente. V. Exa. é descendente de uma família que tem uma sustentação familiar, um berço do Poder Legislativo, e o nosso relacionamento

com o Poder Legislativo não poderia ser diferente, cada vez melhor e firme.

Por essa razão, cumprimento a maneira elegante e equilibrada com que V. Exa. faz o pronunciamento hoje, defendendo o seu ponto de vista pessoal, pedindo às autoridades, e no caso é exatamente o Poder Judiciário quem tem que fazer esse levantamento, essa busca ou essa pesquisa, ou apurar os fatos, mas eu o cumprimento pelo equilíbrio. É isso que a Assembléia tem que restabelecer aqui, é isso que nós buscamos aqui. Independente de coloração partidária, o Poder só vai ser fortalecido quando usarmos a nossa prerrogativa de maneira elegante e equilibrada, como fez V. Exa. hoje.

O SR. FÁBIO CAMARGO (PTB)

Muito obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de pedir só mais um minuto, só para escutar o aparte do Líder do Governo.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Eu agradeço, Deputado Nelson Justus e Deputado Fábio Camargo, porque eu não poderia, depois de ter na última Sessão em que V. Exa. se pronunciou, ter feito um reparo justamente aos adjetivos que V. Exa. utilizou, deixar de registrar aqui a sua postura e a sua conduta, porque um homem como V. Exa., um Parlamentar no exercício do mandato, teve a capacidade de ir a essa tribuna, fazer uma auto-crítica em relação aos adjetivos, aos excessos que cometeu, e ao mesmo tempo eu penso que V. Exa., hoje, foi muito mais contundente trazendo esses elementos para análise desta Casa.

Certamente o Poder Judiciário, a quem se referia o Presidente Nelson Justus, que mantém relações com este Poder Legislativo, saberá também identificar, e V. Exa., que como bem disse o Deputado Nelson Justus, pertence a integra uma família de homens públicos, especialmente do Poder Judiciário, que tanto serviço prestaram à sociedade paranaense. V. Exa. sabe que a força das suas palavras, das suas denúncias, das suas afirmações, são muito fortes. A sua própria relação com a CPI Nacional, que justamente investiga essa questão das escutas telefônicas, legais ou ilegais neste país, que se tornou uma moda na verdade, é motivo de fato para quem já foi vítima de grampo telefônico. Como eu fui vítima de grampo telefônico, eu sei o quanto isso viola a nossa intimidade e o nosso direito à privacidade; e o fato que as vidas são devastadas de forma muitas vezes inútil, pessoas vão utilizar fragmentos de conversas, muitas da intimidade de uma família, e que efetivamente nada prestam a qualquer tipo de apuração, especialmente quando como V. Exa. faz revelações de pessoas que tiveram o telefone sob escuta telefônica, embora eu tenha que reconhecer que o Juiz, Dr. Corat, também já prestou grandes e relevantes serviços à sociedade paranaense. Mas como ele está sujeito a críticas, naturalmente explicar na esfera competente os seus procedimentos, e certamente ele poderá fazer.

Agora, entendo, Sr. Presidente, e aí eu tenho que dar a mão à palmatória, foi a capacidade do Deputado Fábio Camargo ir à tribuna, fazer auto-crítica, e colocar o tema como tinha que ser colocado. Entendo que o Parlamentar, o verdadeiro homem público, tem essa capacidade. Eu vou dizer que muito mais forte são agora as suas críticas por conta, é claro, dessa sua capacidade de reflexão e ao mesmo tempo de ação. Penso que V. Exa. está vivendo um bom momento hoje dessa tribuna, quando faz essas denúncias graves, mas ao mesmo tempo, não tenho dúvida, fortalece muito mais a sua busca pela justiça.

Parabéns a V. Exa.

O SR. FÁBIO CAMARGO (PTB)

Muito obrigado, Deputado Romanelli. Apenas para complementar, Presidente, os apoios me fazem seguir em frente e as críticas, com bastante humildade, me fazem aprender.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem, na reunião das Lideranças com a Presidência desta Casa e com a Mesa da Assembléia, na discussão das prioridades dos projetos de lei a serem colocados em pauta até o final deste ano, fiz uma solicitação ao Presidente Deputado Nelson Justus, que foi acatado pelos demais presentes para que fosse incluído o projeto do Deputado Romanelli, que trata da idade do ingresso das crianças no ensino fundamental. Houve a concordância também do Deputado Romanelli. Esperamos que essa matéria seja votada até o final desse período. E a votação dessa matéria, sem dúvida nenhuma, trará grandes benefícios para o estado do Paraná, para a Educação e principalmente para as crianças que precisam de uma vaga na escola pública em nosso estado.

No debate inicial deste projeto conversei longamente com o Deputado Romanelli. Acho que há uma concordância entre nós, estou apresentando uma emenda definindo que “Artigo 1º Terá direito à matrícula no primeiro ano de ensino fundamental de nove anos a criança que completar seis anos até o dia 31 de dezembro do ano letivo.” Acho que o Paraná necessita desta Casa e desta lei.

Nos últimos anos houve um conflito permanente de interpretações, ora do Conselho Estadual de Educação, que baixava uma resolução depois mudava, ora do Conselho Municipal de Educação de alguma cidade. Em Ponta Grossa aconteceu isso concretamente. Intervenção da Justiça, do Ministério Público, liminares concedidas a pais de alunos. Acredito que a Assembléia, aprovando essa lei, tem uma postura definitiva para sempre e estare-

mos apoiando a inclusão social, o mais rápido possível, das crianças que precisam da rede pública.

Decidi fazer esse pronunciamento hoje, porque em Ponta Grossa está havendo um encontro entre a Secretaria de Educação e o Ministério Público, para chegar a uma solução para o impasse que continua acontecendo na cidade. Em Ponta Grossa a Secretária de Educação, com base no parecer do Conselho Estadual, alterou as regras de entrada das crianças.

Quando eu era Prefeito, a criança que completasse seis anos até dezembro, podia se matricular no primeiro ano de ensino fundamental de nove anos. E baseado no parecer do Conselho Estadual a Secretária aprovou no Conselho Municipal de Ponta Grossa essa alteração. Isso fez com que milhares de crianças ficassem fora da escola. Hoje, em Ponta Grossa, o número de crianças do ensino fundamental é bem menor do que no período em que eu fui Prefeito, por causa da postura da atual administração de atrasar a entrada das crianças na escola.

Participei muito desse debate, fui em um Fórum de Educação Infantil em São Luiz do Maranhão, fizemos Audiência Pública nesta Casa, outra Audiência no Canal da Música, fiz um debate com as representantes de educação infantil, que têm uma posição diferente da minha, mas por mais que eu tenha escutado, ouvi muitos especialistas, cada vez mais que penso nesse assunto, mais certeza tenho da importância da Educação enquanto processo social, que as crianças que fizerem seis anos até dezembro devem entrar na escola. Por vários motivos.

Em primeiro lugar: toda legislação, em nenhum momento, alterou a idade das crianças para mais. Ou seja, se no ensino fundamental de oito anos a legislação dizia que a criança fazia esses oito anos de escola dos sete aos 14 anos, a nova legislação diz que ela fará os nove anos dos seis aos 14. Não há nenhum texto na nossa legislação que diga que com a ampliação de um ano do ensino fundamental a criança agora continua entrando com sete e sai com 15. Ao contrário, entra com seis e sai aos 14. Se fosse válida essa posição do Conselho Estadual, que agora se rendeu ao Ministério Público, ao Poder Judiciário, 3/4 de cada geração sucessiva de crianças sairiam do ensino fundamental com 15 anos de idade e não com 14. Toda criança que completasse seis anos em abril, por exemplo, já não poderia entrar na escola, entraria só no próximo ano, saindo com 15 anos. Atrasaria a idade de saída da criança do ensino fundamental. Esse é apenas um aspecto, mas tem outro aspecto.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

No Brasil, sabemos que o ensino obrigatório é o ensino fundamental, ou seja, da 1ª a 9ª série. A educação infantil não é obrigatória, nem o médio.

Se uma criança não tiver a sua vaga assegurada na educação infantil tem que ficar sem escola. Ou se matricula numa escola infantil particular, ou fica fora da edu-

cação infantil. E a família dessa criança não pode fazer nada, porque não é garantido esse direito. Se uma criança não encontra vaga na sua cidade no ensino fundamental, o pai dessa criança entra com uma ação na Justiça penalizando o Prefeito e obrigando o Prefeito a garantir a vaga para a criança. Isso é importante!

O Brasil está muito atrasado com relação à educação infantil. Vou dar um exemplo de Ponta Grossa, pois conheço melhor. Quando me elegi Prefeito de Ponta Grossa, em 2001, tínhamos 32 creches, nenhum centro de educação infantil. Creches não têm professores. Não tem o trabalho pedagógico. Então, Ponta Grossa, quarta cidade do estado em população, uma cidade que, este ano, comemorou 185 anos de história, tinha apenas 32 creches; 18 eram conveniadas com a Prefeitura, instituições filantrópicas, religiosas e 14 eram creches públicas.

Na minha gestão foi construído o primeiro Centro Municipal de Educação Infantil na história da cidade. Não pela minha gestão, porque isso aconteceu em todo o Brasil, estava no momento de privilegiarmos a educação infantil. Pude construir 15 Centros de Educação Infantil e inaugurei 12, ficou três para o atual Prefeito inaugurar. Criamos o Sistema Municipal de Educação Infantil, que não existia, e criamos a profissão de educador infantil, que não existia na cidade.

Um atraso muito grande no Brasil. Se atrasarmos a entrada da criança em 3/4 de um ano no ensino fundamental, vai demorar muito mais tempo até que consigamos universalizar a educação infantil para todas as crianças. É mais recurso para o município e mais CEMEI, que têm que ser construídos, quando os municípios não têm a tradição da educação infantil como tem o ensino fundamental. Por todos esses motivos é muito mais fácil a inclusão social para os municípios de todas as crianças.

Outro detalhe. Vejam o absurdo que acontece em Ponta Grossa, ao uma Secretaria de Educação não aceitar a decisão do Conselho Estadual, em parceria com o Poder Judiciário, ela está estabelecendo, dentro de Ponta Grossa, dois tipos de crianças. Uma criança que o pai pode pagar entra numa escola particular, mesmo que complete seis anos em dezembro. Agora, na escola pública de Ponta Grossa, a criança só poderá entrar se fizer seis anos até março.

Hoje os jornais de Ponta Grossa estão dizendo que a Secretária vai se reunir com o Ministério Público. O Ministério Público foi acionado pela professora, que foi minha secretária quando fui Prefeito, com um texto muito bonito, muito profunda esta questão, mostrando todos os dados, o que representou de exclusão da infância ponta-grossense essa medida do Governo Municipal. Isso serve como baliza para a nossa análise aqui e a votação neste plenário.

Por todos esses motivos, tenho a mais absoluta convicção que o Plenário saberá aprovar essa emenda e resolveremos definitivamente essa questão no estado do Paraná. Sempre uso o meu exemplo em particular. Na minha época estudei em escola pública. O ensino era de oito anos. Antes do primeiro ano existia a pré-escola. Eu entrei na

pré-escola completando seis anos no mês de maio. O meu irmão, que é três anos mais novo que eu, entrou no pré completando seis anos no mês de setembro. Será que tantos anos depois a nossa criança não pode mais entrar na escola? Tem que esperar um ano a mais para entrar? O mundo evoluiu. A relação da criança com a sociedade evoluiu. A informação da criança evoluiu. Hoje sabemos que uma criança que vai para um CEMEI particular aos cinco anos sabe ler. Então, não tem nenhum sentido essa proposta, esse radicalismo de alguns setores da educação infantil tentando impedir que essa legislação se consolide, não permitindo que a criança que faz seis anos até dezembro possa entrar na escola. Acho que as pedagogas devem refletir melhor esses fatores que falei.

Da mesma forma, tenho sido procurado por proprietários de educandários infantis particulares. A posição desses educandários é que não aprovemos essa proposta na Assembléia, mas é uma posição econômica. É claro. É evidente. Uma escola de educação infantil particular vai perder clientela, porque as crianças mais cedo entrarão no ensino fundamental. Como as escolas de educação infantil menores não têm ensino fundamental, elas vão perder clientela. Então, o argumento usado por esses proprietários é que as escolas maiores, que têm ensino fundamental, vão tirar toda sua clientela de primeiro ano.

Não podemos ceder a esses argumentos, embora entendamos que é um direito das pessoas lutarem pela sua empresa, mas não podemos submeter o destino de nossas crianças, de milhões de crianças paranaenses, a esse tipo de interesse, por mais legítimo que seja, porque acima desse interesse está o interesse da criança. Então, mesmo que essas creches percam uma porcentagem da clientela, acho que devemos votar a favor daquilo que é bom para as crianças paranaenses. Tenho certeza absoluta que a Assembléia votará desta forma, na próxima semana, quando entrar o projeto de lei aqui na Casa.

Outro assunto, Sr. Presidente, estava conversando com a Secretária de Educação, Sra. Yvelise. Quero fazer um elogio público a ela. Pessoa de extrema competência técnica e sensibilidade. Estivemos, há 15 dias, no Ministério da Educação, para resolver o problema dos 35 mil professores que fizeram o curso da VIZIVALE. Conversando com a professora, ela já está consolidando uma proposta de complementação. Está indo a Brasília. Vai conversar inicialmente com o professor Carlos Eduardo Bielschowsky, que é Secretário da Educação Superior no MEC e, logo depois, com a Secretária de Ensino Superior à Distância, para que achemos uma solução. Sinto que o que vai acontecer é uma complementação. Vamos lutar para que o MEC valide a maior parte dos conteúdos dos professores da VIZIVALE, para que tenha uma carga horária adicional necessária para complementação, que use um tempo que não vá prejudicar esses professores. Acho que esse vai ser o caminho final para solucionar o problema.

Depois, temos que buscar soluções legislativas, Sr. Presidente, para proteger aqueles professores que têm a certidão de conclusão de curso, mas ainda não têm

diploma, que já foram aprovados em concurso público. Está aqui o Prefeito Sinval, de Tibagi, nosso amigo, estive lá conversando, a pedido do Prefeito Sinval, com as professoras que fizeram o curso da VIZIVALE, tem mais de 100 professores no município. Temos que proteger os Prefeitos que contratarem esses professores legalmente. Como os professores não têm diploma ainda, o Tribunal de Contas está pressionando os Prefeitos, mas fizemos Audiência com o Tribunal e há um período de paz, por enquanto.

Nós devemos procurar uma solução legislativa para que possamos manter a tranquilidade para os Prefeitos e garantir o direito desses professores que foram aprovados em concurso, até que eles consigam o diploma definitivo registrado pelo Ministério da Educação e Cultura.

Então, quero fazer um elogio à Yvelise. Acho que a comissão formada junto com a Secretária Yvelise, com o professor Romeu do Conselho Estadual de Educação, com a Secretária Lygia, nós chegaremos o mais rápido possível a uma solução definitiva para esse grave problema.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia, com satisfação, a pedido do Deputado Traiano, a presença do Prefeito de Santo Antonio do Sudoeste, Ricardo Ortina, juntamente com seu assessor de planejamento. Sejam bem-vindos!

Neste instante, passo a palavra ao Deputado Felipe Lucas.

Deputado Felipe Lucas (PPS)

O SR. FELIPE LUCAS

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, 2ª Secretária Luciana Rafagnin, 1º Secretário Deputado Jonas Guimarães, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa.

Hoje para nós é um dia especial na Assembléia Legislativa, para os descendentes de ucranianos que fazem hoje um trabalho relevante e que estão presentes no estado do Paraná compondo essa nossa população, que é em torno de 400 mil habitantes hoje no Brasil e temos 85% aqui no Paraná.

Vou passar a ler um relato pequeno e a seguir vamos ver o nosso agradecimento. Esta Assembléia aprovou no dia 5 de junho de 2007 uma moção reconhecendo como genocídio as atrocidades cometidas contra a população da Ucrânia promovida pelo Governo da União Soviética nos anos de 1932 e 1933, cuja denominação em língua ucraniana é Holodomor, ou morte artificial pela fome. Esse genocídio esteve sob o silêncio, sob o sigilo do Governo Russo, principalmente da imprensa mundial, mas com o colapso da União Soviética em 1991 a Ucrânia obtém a sua independência em 24 de agosto de 1991. E o Mundo começa a obter conhecimento sobre o que foi o Holodomor. Muitos Parlamentos de vários países, entre eles Estados Unidos, Canadá, Argentina, Austrália, Itália, Hungria, Lituânia, Geórgia, Polônia e outros já reconhe-

ceram o Holodomor como o genocídio do povo ucraniano. No Paraná, eu havia citado, vivem cerca de 85% dos estimados 400 mil habitantes que temos no Brasil, descendentes de ucranianos, muitos deles parentes das vítimas dessa tragédia. Não estamos a procurar vingança, mas sim o reconhecimento do Brasil e do Mundo por esse crime tão bárbaro praticado na época.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, neste momento, passo a fazer a leitura da mensagem do Consulado Ucraniano do Paraná: À Assembléia Legislativa o agradecimento, presente nesta Sessão a Cônsul da Ucrânia no Paraná, a Sra. Larissa Mironenko, presente o Presidente da Representação Central do Brasil e da Ucrânia, Dr. Vitório, o Sr. Marcos.

Sr. Presidente, passo a ler, no momento, o agradecimento da Cônsul da Ucrânia no Paraná.

(Lê):

“Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Deputados e Deputadas, senhoras e senhores, imprensa.

Expresso o meu profundo agradecimento pelo convite para dirigir-lhes a palavra desta tribuna.

Nesses dias em que estão sendo promovidos na Ucrânia eventos relativos aos 75 anos do Holodomor, de 1932/1933, gostaria de lhes expressar a gratidão do Presidente da Ucrânia, Viktor Yuschenko, pela solidariedade demonstrada pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, quanto à condenação desse crime bárbaro contra o povo ucraniano e pela homenagem às vítimas inocentes do genocídio. Há 75 anos ocorreu na Ucrânia a terrível tragédia. Milhões de ucranianos foram mortos pelo Holodomor - pela fome, que foi propositalmente organizada pelo regime comunista stalinista. Retiraram do povo toda a comida, deixaram-no sem todos os meios de subsistência e de socorro. As regiões ucranianas vitimadas pela fome foram cercadas pelo Exército, as fronteiras foram fechadas para que ninguém se salvasse, para que nenhuma ajuda pudesse chegar. Era uma verdadeira guerra do Governo soviético contra seu povo e a arma principal utilizada era o terror pela fome. Sete milhões de ucranianos, um terço dos quais crianças, pereceram pela terrível morte de fome.

Os Paramentos e Governos de muitos países do Mundo reconheceram a fome artificial na Ucrânia como genocídio contra o povo ucraniano. No dia 23 de outubro do corrente ano o Parlamento Europeu aprovou resolução, pela qual condenou o Holodomor como crime contra o povo ucraniano e contra a humanidade.

Na Ucrânia foi levada em alta consideração a participação do Brasil e nisso também do estado do Paraná nos eventos internacionais e locais dedicados a esse trágico fato. Em junho do corrente ano o Brasil acolheu a ação internacional da Tocha do Holodomor, que até a presente data, em forma de estafeta, já percorreu 33 países e toda a Ucrânia, incorporando o fogo ardente dos corações de pessoas sinceras de países e povos. A tocha simbólica percorreu o Brasil do Rio de Janeiro, por São Paulo, por Curitiba, Prudentópolis até Foz do Iguaçu, seguindo para

o Paraguai e Argentina. As Câmaras Municipais do Rio de Janeiro, de Curitiba e Prudentópolis aprovaram resoluções de solidariedade para com o povo ucraniano.

A comunidade internacional deve se conscientizar, que sem a condenação dos crimes do passado não se pode prevenir futuros crimes contra a humanidade. O apoio internacional, inclusive o seu, reforça a confiança dos ucranianos de que a verdade da história e a justiça serão restauradas. No dia 22 de novembro próximo passado realizou-se em Kyiv o Fórum Internacional do Holodomor, com a participação do Presidente da Ucrânia e Chefes de Estados, altas autoridades parlamentares e de Governos de países estrangeiros, organizações internacionais, convidados para homenagear a memória das vítimas do Holodomor. Somos gratos ao Senador Álvaro Dias que participou desse Fórum.

Como sinal de solidariedade para com o povo da Ucrânia, gostaria de lhes propor homenagearmos a memória das vítimas do Holodomor com um minuto de silêncio.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Receba, Deputado Felipe Lucas, as nossas homenagens e, de uma maneira muito especial, a Cônsul Sra. Larissa Mironenko, a certeza de que o discurso proferido por V. Exa. será transmitido algumas vezes pela nossa TV SINAL, para que os paranaenses tomem conhecimento e comunguem com toda a humanidade com repúdio a esse crime, a esse genocídio que foi cometido na Ucrânia e que nós nos solidarizamos com os nossos irmãos ucranianos, que têm uma colonização muito forte, muito grande aqui no nosso estado e que nos orgulha muito.

Seja a senhora sempre muito bem-vinda a nossa Casa, e a certeza de que o Deputado Felipe Lucas conseguiu transmitir aquilo que V. Sa. redigiu para que ele lesse nesta tarde tão iluminada como esta. Muito obrigado pela sua presença. Parabéns, Deputado Felipe Lucas.

Gostaria de anunciar a presença do Deputado italiano Domenico Scilipoti, que já esteve conosco hoje e ciceroneado aqui pela nossa Embaixatriz italiana aqui da Assembléia, a Deputada Cida Borghetti. Seja bem-vindo, Domenico, a nossa Casa.

Nós temos aqui os nossos 54 Deputados. Conforme pudemos conversar hoje, V. Exa. pode ter mais ou menos uma idéia de como funciona o nosso plenário, o nosso painel eletrônico, a nossa TV Assembléia. Seja, portanto, sempre muito bem-vindo a nossa Casa.

Concedo neste instante a palavra a Deputada Cida Borghetti, para saudar o nosso Deputado Domenico Scilipoti.

Deputada Cida Borghetti (PP)

A SRA. CIDA BORGHETTI

Com muita satisfação, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nesta tarde recebemos a visita honrosa de um

Parlamentar desse país que tanto fez pelo nosso Brasil e em especial pelo Paraná. A colônia italiana, em Curitiba, no estado do Paraná, é muito grande. Somos 54 Deputados nesta Casa e grande parte é descendente de italianos. Sou filha e neta de italianos, de pai e mãe, é uma honra poder receber nesta tarde o Deputado Domenico Scilipoti, que nos honra com a sua visita e vem numa missão com o nosso grande Secretário Cláudio Xavier. É uma honra tê-lo conosco. Dizer que o Deputado Domenico, médico de formação, vem com uma missão importante na área, também no meio ambiente. A Deputada Rosane Ferreira defende nesta Casa grandes projetos relacionados à área ambiental. O Deputado Domenico estará conosco durante toda a semana, ficará também no início da semana que vem. Tenho certeza que esse laço de união não só da Itália, essa pátria querida por todos nós, trará bons frutos nessa ligação que temos com a Itália, na responsabilidade também dos projetos ambientais e também nos projetos médicos.

Quero agradecer mais uma vez a presteza do nosso colega Deputado, seja muito bem-vindo a esta Casa. Neste Parlamento temos uma Frente Parlamentar Paraná-Itália. Muito obrigada pela sua visita.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PMDB, com a palavra o Deputado Artagão de Mattos Leão.

Gostaria de lembrar as S. Exas. Deputados, que hoje às 18h teremos a nossa derradeira Audiência Pública na Associação Comercial do Paraná, na rua XV de Novembro, no 9º andar. Portanto, contamos com a presença não só dos membros da CCJ, mas também dos Srs. Deputados.

Liderança do PMDB: Deputado Artagão Júnior

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo, assim como também cumprimentar aos demais Pares nesta Casa, aos nossos visitantes, aos amigos da imprensa.

Eu realmente fico impressionado, como muitas das ações que desenvolvemos, elas trazem reações. Sejam elas positivas ou não. Nós tratamos, na últimas segunda-feira, da tribuna desta Casa de Leis, em nome da Comissão de Fiscalização e Assuntos Municipais desta Casa, sobre a questão do porto de Paranaguá e dos terminais de álcool. Parece-me que esse assunto traz algum tipo de reação até porque, cumprindo com a nossa obrigação, houve manifestações que falavam que o interesse era estranho. Mas, o interesse realmente é estranho. A nossa reação e a nossa ação, certamente esta é a obrigação dos Parlamentares desta Casa de Leis. Não quero aqui estar debatendo e nem retrucando qualquer tipo de colocação

que venha a ser feita pela imprensa, até porque a respeitamos. Ela tem a liberdade de colocar a sua manifestação.

O que quero nesta tarde, Sr. Presidente, é dizer que a Comissão de Fiscalização não vai deixar de trabalhar em função de quaisquer tipos de comentários. Estamos organizando, estamos contatando o pessoal do IAP de Paranaguá, já contatamos o Diretor-Presidente do IAP do Paraná, estamos tentando organizar para os próximos dias, quem sabe até amanhã, se não for possível será na segunda-feira pela manhã, uma visita ao município de Paranaguá, ao porto de Paranaguá e aos terminais que foram motivo da decisão judicial. Tanto o terminal público de álcool, que é administrado pela ALCOOPAR, como também do terminal da PETROBRAS, do terminal da Catalini, dos outros dois terminais, ou seja, são cinco terminais que estão com as suas atividades suspensas.

A Comissão de Fiscalização já conversava com o Deputado Reni Pereira, com o Deputado Jocelito, estaremos encaminhando ao Deputado Péricles, ao Deputado Plauto Miró, ao Deputado Duílio Genari, ao Deputado Nereu Moura, que são membros da Comissão de Fiscalização, e este mesmo convite é extensivo a todos os demais Deputados nesta Casa, para que possamos ir ao porto e ver de perto o que está acontecendo. Estaremos convidando também o Deputado Elio Rusch, que se manifestou de forma significativa esta semana sobre a questão do porto de Paranaguá. E por que não então formarmos uma grande Comissão para estarmos lá na segunda-feira pela manhã? De tal forma que possamos verificar lá todas essas questões que têm sido debatidas, de forma especial a questão dos terminais de álcool que estão com as suas atividades suspensas. E isso não é bom para ninguém, não é bom para o porto, para a APPA, para o município, para o estado, para as empresas privadas que gerenciam esses terminais, porque todos perdem.

As empresas privadas, evidentemente que buscando a sua lucratividade, deixam de alcançá-la. Mas, o estado do Paraná deixa de arrecadar os seus impostos, deixa de exportar os seus produtos, deixa de gerar empregos, e isso no aspecto global e geral traz prejuízo real ao nosso estado.

Então, o objetivo da Comissão de Fiscalização, Sr. Presidente, será de estarmos visitando, na próxima segunda-feira, os terminais que estão com as suas atividades suspensas, para que possamos verificar o que está acontecendo e tentar auxiliar. O objetivo é que tudo volte a funcionar, se assim for possível, se estiverem com as suas licenças, com as fiscalizações em dia, se tiverem cumprido com as suas obrigações. Se essas famílias que vivem hoje numa área de proibição podem ficar ali temporariamente, se assumirem um compromisso de 30, 60, 90 dias, de remover essas famílias, colocando em outros locais, solucionar a questão de quem é, efetivamente, a responsabilidade de conceder a licença. Se for do IAP, até porque até hoje serviu esta função ao IAP, foi ele o órgão responsável pela concessão de licenças anteriores. Neste momento, parece que existe uma divergência e passam a

colocar como responsabilidade do IBAMA. De quem é a responsabilidade? Como foi feito o termo de concessão e as fiscalizações, as licenças dos demais terminais? Houve problema na obra? Houve demora? As etapas necessárias para obtenção da licença ambiental, da licença de instalação, da licença de funcionamento, não foram cumpridas? Por quê? O que acontece? Houve realmente um ganho na redução de preços?

Parece-me que antes se exportava a R\$ 24 o litro e agora exportam os terminais privados a 18 e o terminal público a 12, trazendo uma vantagem na economia paranaense e à toda a população. Enfim, não queremos que o prejuízo seja do estado. Esses terminais funcionando geram divisas, geram empregos, circulam e movimentam a economia do nosso estado. E não é bom que fiquem parados. Mas também não podem funcionar se não estiverem adequados às normativas e às legislações. Nem os privados e nem o público. Mas, se todos estão nas mesmas condições, por que tratarmos de forma diferente os iguais? Ou por que tratar os iguais de forma diferente? Não existe justificativa, Deputado Teruo.

Justamente nesse sentido, atendendo o que diz o Regimento Interno desta Casa, a Comissão de Fiscalização estará, portanto, desenvolvendo esta fiscalização, numa parceria com o IAP. Esperamos que estejam presentes também, Deputado Nelson Justus, querido Presidente, a direção da APPA e, se possível, e se tiverem interesse também, que os representantes de cada um dos terminais possam estar presentes, se assim entenderem conveniente, porque, afinal de contas, interessa ao estado do Paraná a solução desse problema.

Vamos resolver, vamos terminar com esse tipo de pendenga. É importante que esta Casa participe deste processo, afinal de contas interessa ao nosso estado, interessa à nossa gente. Fica aqui, portanto, o nosso convite, o registro desta mobilização da Comissão de Fiscalização, que acontecerá na próxima segunda-feira, pela manhã. Os membros da Comissão, desde já, estão convidados, e os demais Deputados também, se assim desejarem, que possam estar conosco desenvolvendo esta visita ao porto de Paranaguá, aos terminais de álcool que estão com suas atividades suspensas, a fim de que possamos, então, estar ajudando na solução deste problema.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Artagão, V. Exa. informa que segunda-feira de manhã estarão indo para Paranaguá. Eu não sei se segunda-feira será o melhor dia. Com toda certeza vamos levar mais do que meio dia para visitar o porto. E segunda-feira temos uma programação especial, à tarde, aqui no plenário da Assembleia e não poderemos estar ausentes. Então, não sei se segunda-feira seria o melhor dia, mesmo porque segunda de manhã também, Deputado Artagão, a FAEP vai ter a formatura dos empreendedores, são mais de 2 mil empreendedores, os jovens, o pessoal da agricultura

que estarão sendo diplomados, recebendo o seu certificado na Expotrade. Então, eu já confirmei a minha presença lá, estarei presente naquele acontecimento e por esta razão não posso ir a Paranaguá. E mesmo porque segunda à tarde deveremos estar aqui, logo após o almoço.

Então, coloco para V. Exa. essa posição, até para que, após o seu pronunciamento, possamos trocar idéias com V. Exa., junto com o Presidente da Casa, para ver se segunda-feira será o melhor dia, ou se vamos transferir isso para uma próxima data.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

V. Exa. coloca muito bem. A lembrança é oportuna. Naturalmente temos um compromisso aqui com a eleição da Mesa, às 14h30 e possivelmente encontraremos dificuldades em cumprir com nossa obrigação.

Vamos ajustar. Quem sabe antecipamos para sexta ou postergamos para terça, quarta, enfim, o importante é que fique claro desde já que a Comissão de Fiscalização, o Deputado Elio Rusch e todos aqueles que tiverem interesse estarão indo a Paranaguá no sentido de trabalharmos em cima desta demanda.

Fica já, de pronto, alterada esta data, pois naturalmente segunda-feira teremos esse compromisso inadiável na Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, Bloco PSB/PRB/PV; Democratas; PP; Liderança do Governo; Liderança da Oposição.

(Todas Declinam)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 069/08, subscrito pelo Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, comunicando que esteve ausente da Sessão Plenária do dia 19/11/08, em virtude de compromissos políticos assumidos previamente com lideranças do município de Guaruva. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 481/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Palmital. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 482/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o municí-

pio de Boa Ventura do São Roque. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 483/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Coronel Vivida. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 484/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Itaperuçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 485/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Coronel Domingos Soares. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 486/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Adrianópolis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 487/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Cerro Azul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 488/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Mariópolis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 489/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Mangueirinha. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 490/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Mato Rico. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 491/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Laranjal. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 492/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr.

Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Braganey. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 493/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Salgado Filho. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 494/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Salto do Lontra. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 495/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Manfrinópolis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 496/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Bom Sucesso do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3576, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, justificando sua ausência às Sessões dos dias 17 e 18/11/08, pelo motivo de estar visitando programas realizados pelo Governo de São Paulo. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Discussão/Votação

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 333/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que dispõe sobre a instituição do barreado como prato tipicamente paranaense artesanal. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 385/08, de autoria dos Deputados Durval Amaral e Nelson Justus, que concede título de Cidadão Benemérito ao Dr. Clèmerson Merlin Clève. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 446/08, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a AJB - Associação João Bosco de Curitiba, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 016/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que cria a Frente Parlamentar de incentivo ao turismo no estado do Paraná e dá outras providências. **Aprovado.**

3ª Discussão**ITEM 05**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 126/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, que dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação à Secretaria de Estado da Saúde, de óbitos de mulheres durante a gravidez ou a ela relacionadas, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que institui no calendário oficial do estado do Paraná, o Dia 15 de novembro como O Dia da Umbanda e do Umbandista. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 461/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública o Centro Social Antenor Prestes Vieira, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

2ª Discussão**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 108/08, de autoria do Deputado Elio Rusch, que dispõe sobre a comunicação de vencimento da Carteira Nacional de Habilitação

(CNH) pelo DETRAN/PR. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.** Votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 311/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/08, que dispõe sobre a aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 44.130.691 (quarenta e quatro milhões, cento e trinta mil, seiscentos e noventa e um reais), ao vigente orçamento do Tribunal de Justiça aprovado, pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CO E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 312/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 474/08, que altera dispositivo da Lei nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 537/08, que altera a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/02 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, dando nova redação ao parágrafo 2º do artigo 86. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Sudoeste do Paraná - CACISPAR, sede e foro no município de Francisco Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 430/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 902/08, que regula a concessão da gratificação de risco de vida no âmbito do Poder Judiciário. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 440/08, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação Renascer, com sede e foro no município de Guaraniaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 428/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui o reconhecimento de utilidade pública estadual a Comunidade Solidária da Amizade - COMSOL, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 124, de 21/10/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 428/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Comunidade Solidária da Amizade - COMSOL, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação. Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 18/11/08.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 317/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que altera os dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº 119, de 31/05/07, que institui Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social - SEHIS, e cria o Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social - FEHIS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 082, de 14/07/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 317/08

P A R E C E R :

A proposição sob análise, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli que altera os dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº 119, de 31/05/07, que institui Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social - SEHIS, e cria o Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social - FEHRIS.

As principais mudanças são as que seguem.

Os três representantes dos movimentos populares no Conselho deverão ser de entidades nacionais com representação no Paraná. Especifica como competência do Conselho Estadual a formulação também do Plano Estadual de Habitação.

Adita-se três incisos ao artigo 15, ampliando o rol das aplicações dos recursos do Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social. Insere parágrafo no artigo 15 determinando que os recursos do FEHRIS possam ser associados a recursos onerosos.

Limita as exigências previstas no artigo 17 apenas ao colegiado previsto no artigo 3º, qual seja o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social - SEHIS. Projeto revoga ainda o parágrafo único do artigo 14 que determina: o FEHRIS tem como agente financeiro o banco oficial depositário dos seus recursos. O autor justifica as mudanças para se adequar à normas federais.

Quando da aprovação da Lei Complementar 119/07, a CCJ manifestou-se pela constitucionalidade da proposição originária, em que pese às divergências sobre suposto vício de iniciativa. Se naquele momento foi afastado o suposto vício de iniciativa, agora não poderia ser diferente. A proposição apresenta os requisitos necessários para seguir trâmite regimental, naquilo que compete a CCJ.

É o parecer ressalvado o direito de discutir o mérito nas demais Comissões e em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26/08/08.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 317/08

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise tem como escopo adequar a Lei Complementar Estadual de nº 119/07 - que institui o Sistema Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social - às terminologias adotadas pela Lei Federal nº 11124/05 - que institui o Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social, criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Distribuído a esta Comissão para que, regimentalmente, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, esta relatoria não vislumbra qualquer impedimento para a aprovação do projeto de lei.

Em assim sendo, não havendo qualquer óbice à prosperidade da proposição em tela, tendo em vista seu objetivo vir de encontro ao interesse público, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei Complementar de nº 317/08.

Sala das Comissões, em 16/09/08.
(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 317/08

P A R E C E R :

O Projeto de Lei Complementar nº 317/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, objetivo alterar dispositivos da Lei Complementar nº 119/07, (cuja lei também é de autoria do nobre Deputado Romanelli), adequando a referida lei ao sistema implantado pela Lei Federal 11124/05, dando uniformidade e proporcionando uma maior amplitude as aplicações do Fundo Estadual de Habitação.

Considerando o contido no artigo 7º que diz que a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social - COEHIS, não será remunerada, mas considerada serviço público relevante prestado à sociedade, portanto, não haverá aumento de despesa ao orçamento de pessoal da COHAPAR.

Considerando a necessidade de completar-se a adaptação da lei paranaense ao texto da lei federal;

Considerando ser este projeto de lei de procedência do mesmo autor da Lei nº 119/07, somos de parecer favorável à sua tramitação no Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 16/09/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
LUIZ NISHIMORI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3581, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3525, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **A Procuradoria, para parecer, se procede o pedido.**

Para encaminhar, concedemos a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, formulei uma questão de ordem à Mesa ontem e queria que a Mesa me respondesse, se foi consultada a Procuradoria Jurídica da Casa, em relação à legalidade deste pedido de informações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não foi encaminhado, Deputado Luiz Claudio Romanelli. Não presidi a Sessão, ontem. Nós devemos encaminhar, imediatamente, para que isto ocorra, para que aí sim possamos responder à esta questão de ordem de V. Exa. Volta, portanto, na próxima Sessão.

Requerimento nº 3600, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3577, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3579, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3580, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3582, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3601 a 3604, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Lembramos aos senhores que às 18h de hoje teremos nossa derradeira Audiência Pública na Associação Comercial do Paraná. Estão todos convidados.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 27, às 10h, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 201 e 465/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 180/08.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 428/08 e do Projeto de Lei Complementar nº 317/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 864, 218, 464 e 491/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados:

Artagão Júnior, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Edson Strapasson, Luiz Eduardo Cheida e Rosane Ferreira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Reni Pereira. Passou-se à Ordem do Dia: O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 443/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 443/08 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 219/08 de autoria do Deputado Ribas Carli Filho. O Deputado Tadeu Veneri SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 03) Projeto de Lei nº 395/08 de autoria do Deputado Dr. Batista. O Sr. Deputado Artagão Júnior, relator, requer a conversão da matéria em diligência junto às Secretarias de Estado da Educação e do Trabalho, Emprego e Promoção Social - Deferido pelo Presidente; 04) Projeto de Lei nº 397/08 de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Tadeu Veneri e abstenção do Deputado Reni Pereira; 05) Projeto de Lei nº 405/08 de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 416/08 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer do Deputado Valdir Rossoni pela devolução da matéria ao autor - Deferido pelo Presidente; 07) Projeto de Lei nº 417/08 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício, na forma da emenda modificativa anexa - APROVADO, com voto contrário do Deputado Tadeu Veneri; 08) Projeto de Lei nº 508/07 de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer do Deputado Carlos Simões FAVORÁVEL à emenda de plenário - APROVADO, com voto contrário do Deputado Luiz Claudio Romanelli; 09) Projeto de Lei nº 789/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins, na forma da emenda modificativa anexa - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 052/08 de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida e Rosane Ferreira. O Sr. Deputado Carlos Simões SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 11) Projeto de Lei nº 311/08 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 312/08 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 419/08 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 428/08 de

autoria Deputado do Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 440/08 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ANA ANDRETTA - Secretária

Obras Públicas, Transportes e Comunicação

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

16ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 790/07 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza efeitos legais.

(a) MARCELO RANGEL - Presidente

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

16ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias no mês de novembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 162/08 de autoria do Deputado Professor Luizão. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza efeitos legais.

(a) MARCELO RANGEL - Presidente

